

MTE expõe irregularidades na UPA da Zona Norte de Sorocaba

Após fiscalização, empresas responsáveis pela gestão foram multadas em R\$ 1 milhão

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) multou em R\$ 1 milhão cada as empresas Avante Social e PreMed, responsáveis pela gestão e pelos serviços da Unidade de Pronto Atendimento (UPA) da Zona Norte de Sorocaba, após fiscalização realizada na manhã de quarta-feira (7). A ação apontou irregularidades trabalhistas, falhas estruturais e atraso no pagamento de salários.

Situação

Segundo o MTE, os funcionários deixaram de receber cerca de 40% dos salários, situação que já se arrastava havia aproximadamente quatro meses. Além disso, também foi identificado atraso no pagamento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

Irregularidades

De acordo com o chefe regional da Fiscalização do MTE, Ubiratan Vieira, as irregularidades constatadas já haviam sido identificadas em uma inspeção realizada há cerca de 45 dias e, embora tenham ocorrido ajustes pontuais, a situação de precariedade permanece.

Ele explicou que, na fiscalização anterior, foram encontradas falhas estruturais consideradas graves, como a inexistência de equipamentos adequados de combate a incêndio, inclusive a



Divulgação/Prefeitura de Sorocaba

Falhas vieram à tona a partir de denúncias apresentadas pelos próprios funcionários e pacientes

ausência de mangueiras.

Segundo relatou, embora esses itens tenham sido posteriormente instalados na unidade, a medida pode não ser a mais apropriada, uma vez que é necessário garantir espaço adequado para a atuação do Corpo de Bombeiros.

Vieira também apontou que a fiscalização constatou a adoção de critérios distintos no pagamento dos profissionais.

Conforme explicou, os médicos que atuam na UPA desde 2021, início da gestão do pre-

feito afastado Rodrigo Manga, mantiveram o recebimento dos salários, apesar de atrasos pontuais, enquanto os demais trabalhadores continuaram enfrentando pagamentos irregulares.

Denúncias

De acordo com as informações divulgadas pelo MTE, as falhas vieram à tona a partir de denúncias apresentadas pelos próprios funcionários e também por pacientes.

Segundo Vieira informou, novas ações de fiscalização estão

previstas e que a empresa permanecerá sob monitoramento mais rigoroso.

Salários

Além dos problemas estruturais, a fiscalização identificou atrasos expressivos no pagamento dos salários.

Conforme o MTE, os funcionários da UPA deixaram de receber aproximadamente 40% dos valores devidos, situação que já perdura há cerca de quatro meses. Também foi constatado atraso no recolhimento do Fundo de

Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

Vieira explicou que chegou a ser firmado um acordo coletivo com o sindicato para que a Avante assumisse parte desses pagamentos, porém a regularização não ocorreu e o FGTS dos trabalhadores segue em atraso.

O chefe da fiscalização destacou ainda a existência de tratamento desigual entre os profissionais da unidade.

Segundo ele, médicos que atuam na UPA desde 2021, período em que o prefeito atualmente afastado assumiu a administração, continuam recebendo, ainda que com atrasos pontuais, enquanto os demais funcionários enfrentam pagamentos irregulares.

Encaminhamento

O Ministério do Trabalho e Emprego apontou que os contratos de gestão da UPA e dos serviços médicos são firmados sem licitação, sob a modalidade de “colaboração”, com valores de cerca de R\$ 4 milhões por mês.

Dados do Portal da Transparência indicam repasses de R\$ 123 milhões à Avante Social até dezembro, que subiram para R\$ 41 milhões mensais em janeiro.

Diante disso, a Polícia Federal foi acionada para investigar os contratos e repasses, enquanto o MTE seguirá com ações trabalhistas.

‘Museu Catavento’ percorre regiões neste mês de janeiro

O Museu Catavento promove, em janeiro, a circulação de atividades culturais em diferentes regiões do estado através do “Museu Catavento: Ciência que vai até você”, ação que integra o programa ‘CultSP na Estrada’.

Neste mês de férias, a carreta percorre as cidades de Araraquara, Descalvado, Brotas, Cordeirópolis, Limeira e encerra em Santa Bárbara D’Oeste levando experiências científicas e oficinas educativas, com visita aberta das 8h30 às 17h30. O veículo reúne nove experimentos nas áreas de física, química, biologia, geografia e história.

O circuito interno da carreta dura cerca de 25 minutos e pode receber até 20 pessoas por sessão. Quatro educadores acompanham os grupos, atuando como mediadores das experiências científicas sobre rodas.



Divulgação/Governo de SP

Carreta leva curiosidades sobre diversas áreas do conhecimento

Entre os destaques estão o Gerador de Van de Graaf (que deixa os cabelos em pé pela tensão elétrica), a bicicleta ergométrica geradora de energia, uma maquete tridimensional do núcleo da Terra e uma instalação que reproduz o canto de 30 espécies de aves brasileiras.

Segundo as informações, o veículo possui entrada com acessibilidade e haverá oficinas educativas na área externa, em parceria com espaços culturais locais, reforçando a missão do Catavento de democratizar o conhecimento.

Saldo da ‘saidinha’: 330 presos não voltam

No período de 23 de dezembro de 2025 e 5 de janeiro de 2026, foi concedida saída temporária, a “saidinha”, no interior de São Paulo. No entanto, de acordo com a Secretaria da Administração Penitenciária (SAP), quase 330 detentos não retornaram às unidades prisionais após os 14 dias.

Municípios e regiões

De acordo com as informações divulgadas, em 15 unidades prisionais na região de Presidente Prudente, 2.167 presos foram beneficiados com a saidinha. Porém, apenas cinco unidades tiveram todos os detentos de volta dentro do prazo. Nas outras dez, 73 presos são considerados foragidos.

Na região de Bauru, mais de 4,3 mil presos receberam

o benefício. Desse total, 111 não retornaram às unidades prisionais.

Já em Sorocaba e Capela do Alto, 618 detentos puderam usufruir da saidinha, mas 22 não voltaram.

Em Itapetininga, outros 619 detentos receberam autorização para sair, e 16 não voltaram no prazo estabelecido.

Na região de São José do Rio Preto, aproximadamente 1,6 mil presos foram beneficiados, dos quais 56 não retornaram às unidades prisionais.

Retornaram

Segundo as informações, as unidades prisionais do estado de São Paulo que tiveram todos os detentos de volta são dos municípios Flórida Paulista, Irapuru, Lucélia, Marabá Paulista, Martinópolis e Tupi Paulista.